

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 28/10/2020 – 9 às 11 h

Reunião por videoconferência

Membros presentes CT-RN	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
CDRS	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T) Roberto Mario Polga (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (S)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
INEVAT	Claudia Grabher (T) Francisco Antonio Moschini (S)
IPÊ	Simone Fraga T P Linares (T)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
IZ/APTA	João José A A Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (S)
Mackenzie Campinas	José Geraldo R Bueno (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuzo (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P.M. de Jundiaí	Ana Maria Martins R P Pires (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S)
PUC Campinas	Duarcides Ferreira Mariosa (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
SIMA/CFB	Jeanne Maria G L Bourlegat (T)
SIMBiOSE	José Guedes Fernandes Neto (T)
Suprema	Franciscus J Maria Schoenmaker (T)

Membros Ausentes
AAMHOR
AEAA Atibaia e Região
A.J.U.D.E.
APTA
Associação Renovar
DAE Santa Bárbara d'Oeste

DAEE
IP/APTA/SAA
P.M. de Campinas
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Joanópolis
P.M. de Limeira
P.M. de Paulínia
P.M. de Salto
P.M. de Várzea Paulista
P.M. de Vinhedo
SAAE Indaiatuba
UNICAMP/IB

Membros presentes CT-Rural	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Júlio César do Nascimento (S)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T) Henrique Bellinaso (S)
CMDR – Rio Claro	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
IAC	Ricardo Marques Coelho (S)
IP/APTA	Simone Ravmundo de Oliveira (T) João José A A Demarchi (S)
IPÊ	Simone Fraga T P Linares (T)
IZ/APTA/SAA	Simone Ravmundo Oliveira (T) João José A A Demarchi (S)
Mackenzie Campinas	José Geraldo Romanello Bueno (S)
P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (S)
P.M. de Limeira	Meire Menezes Bassan (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinsk (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T) Henrique Bellinaso (S)
SANASA	Júlio César do Nascimento (T)
SEMAE	Dalva Bueno de Camargo (T)
SR Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T)
SR Jundiaí	Luís Fernando Amaral Binda (T)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 28/10/2020 – 9 às 11 h

Reunião por videoconferência

SR Limeira	Nilton Piccin (T) Pedro Geraldo Zanarelli (S)
SR Monte Mor	Luís Fernando Amaral Binda (S)
SR Piracaia	Jenifer Bruno Santos (S)
SR Salto	José Ricardo M de Siqueira (T)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Justificativas	
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi
SR Indaiatuba	
SR Rio Claro	

Membros Ausentes
AFOCAPI
COOTA
COPLACANA
Geoblue
Instituto Agir Ambiental
Instituto Terra Mater
P.M. de Analândia
P.M. de Campinas
P.M. de Capivari
PM Cordeirópolis
P.M. de Itatiba
P.M. de Joanópolis
P.M. de Salto
Pró Flor Atibaia
Rotary International - D4590
SIMA/CFB
SINDICAL
SR Atibaia
SR Bragança Pta
SR Capivari
SR Charqueada
SR Itu
SR Mogi Mirim
SR Piracicaba
SR Serra Negra
SR Tietê
SR Valinhos
SINMEC
SUCEN - Campinas
UNICA

Convidados/Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Bruna Juliani
	Bruno Aranda
	Fabio Coca
	Felipe Requena
	Ivan Gerdzijauskas
	Leonardo Baumgratz
	Marcos Eduardo Cazzonato
	Marina Peres Barbosa
	Mateus Ismael
	Rebeca Cristine Ferreira da Silva
	Sergio Razera
	Tiago Georgette
DAE S/A Jundiaí	Nathalia Alves
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
SE/PCJ – SIMA/SP	André Luiz Navarro
SYNERGIA	Rinaldo Calheiros

1. Pauta: A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos necessários foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica no dia 21/10/20 para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural e da 5ª Reunião Extraordinária do GT-Mananciais (item 1 da pauta):** o Sr. Henrique Bellinaso representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS e coordenador do GT-Mananciais fez a abertura da reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, o Sr. Nilton Piccin, representante do Sindicato Rural de Limeira e coordenador adjunto da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) cumprimentou a todos, desejando uma ótima reunião. Na sequência, passou a palavra para o Sr. João Demarchi representante do Instituto de Zootecnia e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - IZ/APTA e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), que agradeceu a presença de todos dando sequência à reunião. **3. 3º Edital da Política de Mananciais – Programas I e II (item 2 da pauta):** Na sequência, o Sr. Demarchi iniciou relatando sobre o momento financeiro que a Agência das Bacias PCJ tem passado com a queda na arrecadação como reflexo do impacto da pandemia de COVID-19 nos níveis institucionais e financeiros no país e com o pagamento em juízo da cobrança federal realizado pela SABESP, o qual causa uma indisponibilidade de parte considerável dos recursos da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos. Essas questões fizeram com que fossem buscadas outras fontes para financiamento dos projetos da Política de Recuperação,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 28/10/2020 – 9 às 11 h

Reunião por videoconferência

Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ em 2021. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Sergio Razera, diretor presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, para explanar mais a respeito. O Sr. Sergio agradeceu pela oportunidade e fez um relato de todo o processo que gerou estas alterações. Começou ressaltando que a Política de Mananciais está entre os mais importantes programas conduzidos pelos Comitês das Bacias PCJ na atualidade. Começou explicando que 2020 foi um ano complicado, fruto de todas as ações decorrentes da pandemia de COVID-19. Havia o medo de que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal em 2020 não fosse realizada conforme solicitação da Conferência Nacional da Indústria (CNI) junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Isso fez com que a Agência PCJ temesse pela ausência de recursos a serem aplicados em 2021. Isto acabou não sendo aprovado, sendo que o CNRH acompanhou os Conselhos de Recursos Hídricos estaduais e apenas prorrogou a cobrança para o segundo semestre de 2020. Passado este desafio, outro se materializou com relação a questão do pagamento pelo uso de recursos hídricos de domínio da União pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) em juízo. Há controvérsias quanto ao método de cálculo e como houve a judicialização do processo, a SABESP está pagando em juízo o recurso, que está na ordem de R\$11 milhões por ano, sendo que R\$8 milhões não estão em discussão e a Agência PCJ solicitou a liberação desta parte incontroversa, mas que não há nenhuma decisão até o momento. Assim, este recurso não é de curto prazo e mesmo após a liberação, há todo o trâmite do recurso no Orçamento do Governo Federal até a liberação para execução pela Agência PCJ. E outro ponto a ser destacado é a realização do novo Contrato de Gestão onde a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) delega atividades de Agência de Água para a Agência PCJ e que deve ser aprovado até o final de 2020. E com este contrato assinado, a Agência PCJ pode acordar com a ANA o **Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025 (PAP)** que é o instrumento jurídico financeiro que permite a execução dos trabalhos financiados com recursos da cobrança federal. Ao mesmo tempo, está em discussão o **Plano de Aplicação e Plano de Investimento 2020-2023 (PA/PI)** que é o instrumento que define a aplicação dos recursos da cobrança estadual paulista. Tudo isto foi realizado em consonância com o **Plano de Bacias PCJ** recentemente aprovado. Todas as ações de saneamento eram financiadas pelos recursos da cobrança paulista, mas a partir de 2021, não há recurso da cobrança paulista para saneamento básico, e sim para as áreas como proteção de manancial, educação ambiental e

gerenciamento de recursos hídricos. Assim, recursos para financiamento de saneamento será apenas realizado após a recomposição do valor da cobrança. Com isso, a Agência PCJ está remanejando a possibilidade de financiamento dos projetos de proteção aos mananciais com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que possui algumas restrições e não é tão simples de operacionalizar projetos para serem financiados com esses recursos, mas é a possibilidade que existe atualmente. Os recursos ainda existentes da cobrança federal não poderão ser utilizados, pois como o valor está baixo, os saldos e projetos contínuos já estão consumindo todo o recurso, e estes projetos contínuos não podem ser transferidos para a cobrança estadual por diferenças nas regras de financiamentos. Ressaltou a importância dos programas de proteção aos mananciais e que eles têm papel importante na geração de parcerias nos territórios das Bacias PCJ como os Projetos Integrals da Propriedade (PIP) realizados com a SOS Mata Atlântica e no momento a parceria que está sendo negociada com a Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A., que poderá adotar e manter a restauração de várias áreas florestais. **O adiamento do edital foi pedido para poder ter tempo da aprovação do PAP e do PA/PI e poder lançar o edital no tempo correto.** O Sr. Sergio explicou que havendo recurso da cobrança federal, mais projetos de proteção aos mananciais poderão ser financiados. Com as aprovações os recursos estarão disponíveis e o edital poderá ser lançado. No primeiro edital, do Programa I da Política de Mananciais (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse), os municípios poderiam candidatar-se para receber o projeto e ter suas propriedades da microbacia selecionada aprovadas e serem elencadas para execução pela Agência PCJ ou entidade parceira. E no segundo momento, poderia ser lançado o edital para o Programa II (Pagamento por Serviços Ambientais) para financiar a restauração também como é feito no Programa I. Assim, com todas as exposições elencadas, o Sr. Sergio solicitou aos membros que aprovassem a retirada e postergação para 2021 do Edital da Política de Mananciais. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. André Navarro, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) para complementar a solicitação do Sr. Sérgio da Agência de Bacias PCJ. O Sr. André agradeceu a oportunidade e explicou que com a indicação do FEHIDRO como fonte de financiamento, mais complexidade se inclui pelas diversidades de critérios que o fundo coloca para financiar projetos. Explicou que por isso, a divisão de um edital para o Programa I e um edital para o Programa II poderá facilitar a implementação dos mesmos. Explicou que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 28/10/2020 – 9 às 11 h

Reunião por videoconferência

há também diferenças nas formas de aplicação dos recursos para que a efetividade do projeto possa ser alcançada. Informou também que esses pontos estão sendo discutidos no GT-Critérios da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Na sequência, o Sr. Demarchi abriu para os questionamentos dos membros presentes. A Sra. Claudia Grabher representante do Instituto Estudos Vale do Tietê (INEVAT) questionou se há recursos disponíveis para saneamento da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos e se há programas de financiamentos abertos do Governo Federal. O Sr. Sergio respondeu que não há recursos disponíveis da cobrança federal por conta do não recebimento dos recursos previstos da cobrança paga pela SABESP e que desconhece algum programa de financiamento aberto pelo Governo Federal. Na sequência, o Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI) perguntou se os recursos da cobrança estadual estavam sendo usados, e se não, se está disponível. O Sr. André Navarro explicou que o recurso não havia sido usado para proteção de mananciais, mas todos os recursos anteriores foram usados para a área de saneamento. O Sr. Sergio reforçou que os editais poderão ter como fontes de financiamento tanto o PAP como o PA/PI. Na sequência, o Sr. Demarchi reforçou a importância da mobilização de todos os atores neste processo, que demanda envolvimento de prefeituras, ONGs e a sociedade civil organizada e que atenda as demandas estabelecidas no novo Plano de Bacias PCJ. Reforçou que há a necessidade de se compreender o atraso no processo por conta das mudanças de organização com o PA/PI e as questões socioeconômicas causadas pela pandemia. O Sr. Sergio reforçou que o novo Plano de Bacias trouxe uma evolução com o fim dos projetos por demanda espontânea passando para os projetos por demanda prioritária, onde os municípios com maior prioridade terão os projetos financiados, aumentando a efetividade da aplicação do recurso existente. Na sequência, o Sr. Luiz Sertório (representante Fundação Florestal) reforçou sobre o cuidado de se pensar em fragmentar o edital por Programas, pois pode trazer maiores dificuldades para os tomadores do recurso. Propôs de pensar também na divisão quanto a buscas de financiamentos para ações de conservação de solos e saneamento rural. A Sra. Marina Barbosa, assessora da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, explicou que os projetos aprovados nos editais anteriores já estão contratados e estão em processo de licitação e execução. Na sequência, o Sr. Miguel Milinski representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro informou que estava de acordo com a divisão dos editais por programas e

que se preocupa com a diminuição do investimento de recursos para saneamento. O Sr. Sergio reforçou que os recursos da cobrança federal podem ser usados na área de saneamento, mas é insuficiente, tendo a necessidade de se buscar em outras fontes de recursos, inclusive com fontes reembolsáveis. O Sr. Petrus Weel representante das Cooperativas de Holambra, ressaltou a importância de realizar investimentos em conservação de solos e também na realização de contatos com as prefeituras que estão priorizadas na proteção dos mananciais para incentivá-los a se candidatar para tomar os recursos e investi-las na proteção dos mananciais. O Sr. Sergio reforçou que a priorização de onde investir os recursos de proteção, seja na elaboração de PIPs, ações de reflorestamentos ou conservação de solo é atribuição deste GT, sendo que após a aprovação de mudanças de prioridades, ela segue as instâncias normais dos Comitês PCJ. Após as considerações, o Sr. Henrique Bellinaso, com anuência da coordenação da CT-Rural e CT-RN, colocou em votação a retirada do edital e a sua postergação para 2021 com adaptações à nova realidade de fontes de financiamentos. A proposta foi aprovada pela maioria tendo apenas o voto contrário da P.M. de Hortolândia/SP. **4. Encerramento (item 3 da pauta):** Não havendo mais itens a deliberar, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 11 h, desejando a todos um bom dia.

Nilton Piccin

Coordenador Adjunto da CT-Rural



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

